

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Nataly Cristina da Silva Costa, Ligia Ribeiro Ferreira, Keilla Rebeqa Simões de Oliveira, Juliana Ferreira Gomes da Silva.

(Universidade Federal de Pernambuco. natalysc58@gmail.com; ligia.rf1@gmail.com; keilla.rso@gmail.com; julianafgs@yahoo.com.br)

Resumo: A inclusão é uma temática relativamente recente, especialmente quando se trata da inclusão de estudantes no ensino superior. Atualmente, um decreto de lei assegura o acesso de estudantes às universidades federais através do sistema de cotas. Contudo, questionamentos sobre as condições de permanência com qualidade têm sido feitos com frequência. O presente trabalho teve por objetivo investigar as possíveis dificuldades enfrentadas por um estudante com deficiência física, diagnosticado com Atrofia Muscular Espinhal Tipo II, e propor contribuições para a sua inclusão a partir do olhar da Psicologia. O estudo de caso foi analisado com base em duas entrevistas semiestruturadas realizadas com o estudante e com a coordenadora do curso de graduação. Dificuldades relacionadas à acessibilidade arquitetônica dos ambientes universitários foram levantadas mais fortemente. Ademais, aspectos da dimensão atitudinal, pedagógica e política também foram observados. Por fim, há contribuições para o caso circunscritas no âmbito da psicologia em interface com a educação. Acredita-se que as reflexões suscitadas sobre este caso poderão auxiliar pessoas em situação semelhante.

Palavras-chave: inclusão, deficiência física, ensino superior, psicologia.

Introdução

A partir da década de 90, muitos avanços foram conquistados ao se tratar de legislação e necessidades educacionais especiais. Porém, esse processo, especificamente no ensino superior, vem acontecendo de forma ainda recente. Em 2005, por exemplo, foi criado o programa de acessibilidade na educação superior (Programa Incluir) com a proposta de dar suporte às pessoas com deficiência inseridas em instituições federais (IFs) de ensino superior. O objetivo principal deste projeto é proporcionar a criação de núcleos de acessibilidade que possibilitem a permanência de estudantes dentro das universidades, com qualidade e equidade, levando em consideração todos os tipos de acessibilidades (arquitetônica, comunicacional, metodológica, entre outras). O Programa Incluir cumpre o disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005.

Outro marco legal importante é o Decreto nº 6.571/2008 que versa sobre o atendimento educacional especializado (AEE) como um sistema que apoia a escolarização de

estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), abrangendo todos os níveis de escolarização. Mais recentemente, o sistema de cotas instituído pela Lei nº 13.146, em Julho de 2015, assegura o direito de acesso aos portadores de necessidades especiais dentro das Universidades Federais.

Observa-se, que muitas conquistas em relação à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais foram alcançadas até o presente momento. Porém, é necessário entender que a inclusão propriamente dita só se dará quando este for um problema de todos e não apenas de um grupo específico ou da pessoa que é acometida. Sobre essa questão, Anache e Cavalcante (2018) afirmam:

A existência de um setor de acessibilidade não é suficiente para abarcar a responsabilidade de fazer as mudanças estruturais necessárias para adequação das Instituições de Ensino Superior, tanto em nível da sua infraestrutura, do seu currículo e da formação de seus profissionais. Esse setor deve colaborar para produzir conhecimentos específicos que avancem na perspectiva da inclusão, mas não assumir sozinho as mudanças necessárias para transformar a política institucional. Essa transformação só será possível quando se aceitar que o uno é composto pelo diverso. (ANACHE; CAVALCANTE, 2018 p.128).

Tendo como foco o ambiente educacional, deve-se estar atento também aos múltiplos aspectos que lhe atravessam, como a arquitetura e mobilidade, a comunicação com outros (professores, funcionários e alunos), as atitudes frente à deficiência, a metodologia e instrumentos utilizados (SASSAKI, 2009). Alguns investimentos podem ser feitos no sentido de tornar ou construir ambientes arquitetados numa perspectiva de inclusão, para que o estudante tenha acesso às salas de aula e à circulação no campus.

Discutindo outras dimensões da acessibilidade, Sasaki (2009) ressalta a importância de uma formação continuada para docentes e a presença desse debate para os estudantes, dando visibilidade ao tema. Muitas vezes os professores se deparam com a deficiência na universidade, não tendo aportes anteriores em sua formação que lhes deem uma orientação teórico-prática. Dessa forma, se mantém uma concepção estática do processo de ensino-aprendizagem que é universalizada (GLAT; DE LIMA NOGUEIRA, 2003), e conseqüentemente não há atenção às diferenças e necessidades individuais.

Dentro do escopo da educação inclusiva, o presente trabalho trata da inclusão de pessoas com deficiência física. A deficiência física é caracterizada como uma alteração parcial ou total de um ou mais segmentos do corpo - superiores e/ou inferiores - o que gera um comprometimento da função física. Pode apresentar-se sob a forma de paraplegia,

paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro (BRASIL, 1999). É importante ressaltar que a deficiência física pode ter várias origens, tais como: má formação congênita, amputação, alterações neurológicas, deformidades ósseas entre outras, portanto, podendo ou não estar presente desde o nascimento (MEC; 2010).

Devido a possíveis dificuldades em termos de equilíbrio, controle e amplitude de movimentos, muitas vezes, pessoas portadoras de deficiência física são privadas de circular em determinados espaços e participar de certas atividades. Tal fato também é observado em ambientes educacionais, nos quais pessoas com deficiência física podem ter acesso limitado ou mesmo impedido em determinadas situações. Diferentemente de outros tipos de deficiência, na deficiência física geralmente não há prejuízo cognitivo ou dificuldades relacionadas à mediação do conhecimento. Contudo, a impossibilidade de acesso ou autonomia em certas atividades pode surgir como uma barreira que venha a limitar o pleno desenvolvimento acadêmico. A inclusão de pessoas com deficiência física, mostra-se, portanto, como um desafio para a educação. O presente trabalho teve por objetivo analisar, através de um estudo de caso, aspectos relacionados a inclusão de pessoas com deficiência física, especialmente tetraplegia, no ensino superior.

Método

Como apresentado anteriormente, o presente trabalho foi construído com base na análise de um estudo de caso. De acordo com Ventura (2007), o estudo de caso tem origem nas pesquisas médicas e psicológicas e, hoje, tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências humanas. Busca-se, com esse procedimento, adquirir conhecimentos acerca de dado fenômeno a partir da exploração cuidadosa de um único caso.

Participantes:

Bernardo, 24 anos, estudante do 5º período do curso de psicologia de uma instituição federal de ensino, foi diagnosticado com Atrofia Muscular Espinhal (AME), Tipo II, aos 3 anos de idade. De acordo com Baioni e Ambiel (2010), trata-se de uma enfermidade degenerativa, que tem origem genética e caracteriza-se pela atrofia muscular secundária à degeneração de neurônios motores localizados no corno anterior da medula espinhal. Entre os sintomas da AME, estão: (i) a dificuldade de sentar de forma independente e (ii) a

incapacidade de a criança andar com um ano de idade. Ademais, há uma fraqueza muscular que atinge majoritariamente os membros inferiores e o tronco, podendo surgir também insuficiência respiratória, escoliose e fraturas no caso de algum trauma. De forma geral, crianças diagnosticadas com o Tipo II adquirem a habilidade de sentar, mas experienciam uma parada motora após isso (BAIONI; AMBIEL, 2010).

Alice, 45 anos, docente do curso de psicologia e também do estudante Bernardo. Em dado momento, assumiu a função de coordenadora do curso, o que a levou a ter contato mais próximo com o estudante e com a sua família.

Procedimentos e instrumentos:

O estudo de caso foi realizado a partir da aplicação de duas entrevistas semiestruturadas, sendo a primeira com o estudante e a segunda, com a docente. Uma vez que as entrevistas tiveram caráter semiestruturado, foi possível aos participantes discorrerem sobre o tema mais livremente, trazendo suas próprias reflexões e questionamentos. Posteriormente, foram feitas análises das entrevistas a partir do escopo teórico de leituras sobre temas relacionados à psicologia e à educação inclusiva.

Resultados e Discussão

O olhar do discente: conversa com Bernardo

No seu desenvolvimento psicomotor, afirma ter sido capaz de sentar-se sem auxílio, desenvolvendo ainda a capacidade de ficar em pé de forma independente. Além disso, era capaz de manusear instrumentos com a coordenação motora fina, tais como talheres, livros, escova de dente e lápis; sendo capaz de exercer atividades como comer, escovar os dentes e escrever com um lápis de forma autônoma. Dessa forma, diz ter usufruído de uma independência motora maior durante a infância. Iniciou a vida escolar aos 2 anos de idade. Aos 3 anos, foi diagnosticado com Amiotrofia Espinhal Progressiva Tipo 2.

Durante seu desenvolvimento passou por diversas escolas. No Ensino médio, precisou interromper o 1º ano por questões de agravamento do seu estado e não voltou à escola. Após 5 anos afastado da sala de aula, fez ENEM, com 20 anos de idade, obteve bons resultados e usou a nota como conclusão de ensino médio, tendo ingressado no curso de Psicologia neste período.

Atualmente, Bernardo continua sua trajetória educacional já na universidade, na qual faz uso de diversos recursos adaptativos. Afirma não conseguir mais andar, fazendo uso de uma cadeira de rodas motorizada, além de ter perdido grande parte do movimento dos membros superiores, operando apenas movimentos mais amplos. Diz também ter uma certa dificuldade de dicção, e se alimenta através de sondas. Para a realização de atividades como escovar os dentes e se ajustar à cadeira necessita do auxílio de outra pessoa.

Bernardo afirmou ter sido bem recebido na universidade, estabelecendo boas relações com docentes e discentes, sentindo-se excluído em momentos isolados. Diz que a maior parte dos professores são implicados com a sua inclusão em sala de aula, enquanto outros são mais negligentes e insensíveis. A formação continuada permite a construção de um aporte teórico-prático, assim como um trabalho na dimensão atitudinal, problematizando as formas de visualizar, se relacionar e se posicionar socialmente com pessoas portadoras de deficiência. Nota-se, portanto, que esse diálogo é fundamental para uma ação inclusiva integrada entre docentes, técnicos e estudantes. É necessário pensar em ações de formação continuada para professores e técnicos, mas também a promoção de semanas temáticas ou eventos com objetivo de discutir inclusão e acessibilidade nas universidades.

Bernardo conta que atualmente tem 3 dias de aula por semana e costuma ser acompanhado pelo pai e por dois bolsistas do Núcleo de Acessibilidade (NAC) da universidade. O pai o auxilia em atividades mais pessoais, como ir ao banheiro, enquanto os bolsistas realizam atividades mais voltadas para as aulas. O caso de Bernardo nos chama atenção para a necessidade de dois tipos de profissionais auxiliares no processo de inclusão: aquele que vai lidar com questões mais pedagógicas, mediando juntamente com o docente o processo de ensino-aprendizagem, e aquele que atua em âmbito de cuidados pessoais de higiene e alimentação, sem demanda pedagógica.

Uma das barreiras observadas, trata-se da falta de recursos humanos que poderiam favorecer um melhor resultado no oferecimento do serviço. As equipes dos Núcleos de Acessibilidade ainda possuem escassez de funcionários. A falta de recursos financeiros também é uma realidade encontrada. O número insuficiente de funcionários agrava a situação visto que cada caso demanda um plano individual de acompanhamento. Sobre isso, Anache e Cavalcante (2018) comentam:

As características individuais do estudante com deficiência, bem como as especificidades dos cursos de graduação e pós-graduação, tornam complexas as atividades dos núcleos de acessibilidade, pois requerem a articulação de ações

coletivas e, ao mesmo tempo, particulares, para cada área de conhecimento (ANACHE; CAVALCANTE, 2018, p.117).

Ao comparar a acessibilidade espacial na escola e na universidade, Bernardo aponta maiores dificuldades na segunda, especialmente devido às calçadas esburacadas. Diz que no campus encontra muitas pedras e buracos no chão, calçadas de paralelepípedo, rampas muito inclinadas, entre outros. Porém, também observa trechos acessíveis, com faixas de pedestre niveladas e calçadas boas, mas afirma que ainda são poucos e que não permitem a livre circulação pelo campus. Quando questionado sobre pontos a serem melhorados na estrutura física ressaltou a acessibilidade de: calçadas, banheiros, salas, etc. Bernardo também relatou que faz outras atividades acadêmicas além da aula, como a participação em iniciação científica (PIBIC) e a participação em projeto de extensão. Tal informação foi surpreendentemente positivamente. Quando se propõe a inclusão de pessoas com deficiência física no ensino superior é de se pensar que essas pessoas possam exercer qualquer atividade desempenhada por outro estudante. O tripé das universidades federais pode ser retratado nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão. Por isso, é bastante significativo observar que Bernardo teve oportunidade de experienciar as três dimensões da universidade. Quando questionado sobre planos para o futuro próximo, Bernardo demonstrou interesse pelas áreas da Psicologia Escolar, Psicologia da saúde e Psicologia Organizacional.

Sobre sua percepção acerca da Atrofia Muscular Espinhal (AME), relata que é como ver seu corpo morrendo lentamente. Afirma que hoje não faz praticamente nada só, sendo bastante dependente. Faz uso de cadeira motorizada e, para digitar, coloca uma mão no mouse para usar teclado virtual. Atualmente busca um aplicativo que o permite digitar através da voz, o *Handsfree*. Afirma ser sortudo em relação a amigos e família: “*é por eles que eu persisto, por causa deles que eu luto*”. É nesta direção que Vygotsky (2011) traz uma grande contribuição para o entendimento do desenvolvimento atípico. Segundo o teórico, pessoas tomam caminhos indiretos que as conduzam ao cumprimento de suas tarefas quando seus recursos diretos se mostram insuficientes. Esses caminhos são mediados por amplificadores culturais, isto é, construções humanas que ampliam suas próprias capacidades. A cadeira motorizada e o aplicativo são exemplos do que Vygotsky denominou ‘caminhos alternativos’ para o desenvolvimento. No caso de Bernardo, a deficiência é consequência de uma doença degenerativa, o que implica em uma gradativa limitação motora. Pessoas em condições semelhantes podem fazer uso de diferentes amplificadores culturais, tais como: bengala,

andador, corrimão, *mouthstick*, engrossador de lápis, aplicativos e instrumentos adaptados como teclados, *mouses* e carros.

Além de pensar e construir ferramentas que garantam uma participação mais efetiva da pessoa em seu meio, faz-se necessário repensar o próprio meio, idealizando e construindo lugares acessíveis como escolas, bibliotecas, parques, cinemas, auditórios, estádios entre outros. Tal dado já é previsto por lei, porém nem sempre é visto na prática. Dessa forma, deve-se buscar o auxílio de tecnologias que possam tornar efetiva a inserção dessas pessoas. Ademais, é crucial que sejam levantadas as demandas específicas de cada sujeito, buscando ferramentas que se adequem às suas necessidades (MEC, 2010). Como visto, as contribuições da psicologia podem ser diversas para o aluno com deficiência física. Além do aspecto cognitivo, questões de ordem afetiva-relacional e até mesmo físicas podem ser beneficiadas. A avaliação do caso de maneira holística e a construção de redes de apoio tem sido uma estratégia que promove avanços. Por exemplo, no caso de Bernardo, o acompanhamento fisioterápico e fonoaudiológico é fundamental para a manutenção da sua boa condição. Quando não é capaz de promover melhorias, trabalha-se mitigando as ações da doença degenerativa. Outra rede de apoio interessante seria o acompanhamento psicoterápico. Bernardo relata ter feito psicoterapia por dois momentos breves, não fazendo atualmente. Ressalta-se o trabalho que poderia ser feito em nível prospectivo, planejando ações futuras tanto no âmbito pessoal como profissional. Ademais, questões sobre o adoecer e a perda de funções também poderiam ser trabalhadas nesse momento.

O olhar do docente: conversa com Alice

Alice Dias é psicóloga e professora universitária. Ela relata que durante a sua formação acadêmica não teve nenhum tipo de contato ou preparação para trabalhar com pessoas com deficiência. O primeiro contato profissional com algum tipo de deficiência foi durante uma experiência profissional, onde teve uma estudante com baixa visão. Em suas palavras, *“as coisas ainda não são vistas como prioridade, enquanto essas pessoas não chegam na universidade, é como se nós não tivéssemos nada a ver com isso”*.

Na graduação em Psicologia, trabalha com a temática da política da pessoa com deficiência em um dos componentes curriculares que facilita. Em uma das disciplinas, teve a oportunidade de encontrar Bernardo, em uma roda de conversa, onde ele teve oportunidade de falar da experiência dentro da academia e suas dificuldades. No momento em que conheceu

Bernardo, Alice também estava na Coordenação do Curso. Tais fatos a fizeram pensar nas condições que a Universidade estava dando a essas pessoas, não só em relação ao ingresso, assim como para sua permanência.

Alice relatou na entrevista que o pai de Bernardo adoeceu por um período de 2 meses, estando impossibilitado de acompanhar o filho na universidade. Nesse período, Bernardo começou a faltar às aulas e ficar deprimido, porque, para ele, estar na universidade era um processo de superação, resistência, gratidão e construção de vínculo. Então, Alice e a equipe entraram em contato com o NAC para que juntos pudessem encontrar estratégias que pudessem resolver o problema em questão. Uma das estratégias utilizadas foi visitar o estudante em sua casa para compreender o que estava acontecendo e pensar sobre o que poderia ser feito.

Em sua fala, a professora afirma que os recursos da universidade são muito cristalizados e as demandas são muito dinâmicas e cotidianas. Não existia, por exemplo, nenhuma legislação que garantisse para Bernardo aulas por videoconferência, mas essa foi outra estratégia utilizada para permitir o acesso de Bernardo às aulas. O prédio em que normalmente se tinha aula não tinha acesso à Internet, e, por isso, foram para um prédio de psicologia onde ocorriam as aulas de mestrado - que possuía internet.

Alice comenta que à medida que a demanda vai chegando, as coisas vão sendo aprendidas, já que ela não tinha passado por uma formação em educação inclusiva. Em sua fala: *“A gente tem que reivindicar condições para essas pessoas se manterem, não só ingressarem. As pessoas precisam se manter com qualidade e condições”*.

Alice afirma que não houveram dificuldades nas relações interpessoais com Bernardo, e que ele sempre esteve muito disponível. Os obstáculos eram majoritariamente burocráticos, e na relação com alguns colegas, tendo uma certa rigidez por parte deles. Existia uma barreira comunicacional no sentido de integrar as pessoas e passar a mensagem de uma construção conjunta. Outra dificuldade observada ocorreu no episódio de adoecimento do pai de Bernardo, em relação ao bolsista oferecido pelo NAC. A normativa diz que o bolsista deveria acompanhar o estudante enquanto ele estivesse em sala de aula, contudo, quando o pai de Bernardo adoeceu, ele não poderia estar presente em sala. Nesse período conseguiram que o bolsista permanecesse em sala mesmo ele não estando presente pessoalmente.

No momento do adoecimento do pai, surgiu também uma questão com o transporte, visto que era necessário buscar Bernardo em casa. Foi feita a solicitação de um carro

institucional, porém, tendo a universidade alegado insuficiência de recursos, essa demanda não foi atendida com sucesso. Ademais, foi feito um mapeamento com a ajuda dos estudantes para mostrar as dificuldades que o prédio apresentava para alunos portadores de deficiência. Os resultados obtidos foram enviados para as prós-reitorias com a intenção de exigir melhorias e investimentos. Depois disso, o curso passou a ser considerado como referência na universidade em relação às questões de inclusão.

Em termos de metodologia e instrumentos, levando em consideração as dimensões metodológica e instrumental propostas por Sasaki (2009), são buscadas formas de participação dentro da universidade, usando-se muitas vezes recursos tecnológicos - como livros em formatos virtuais e ferramentas de voz -, assim como auxílio de outras pessoas, tais como o pai de Bernardo, que lhe auxilia em tarefas como acomodá-lo na cadeira e ajudá-lo a ir ao banheiro, e bolsistas, que escaneiam livros e auxiliam Bernardo atuando como leitor e redator em momentos de aula e de avaliação.

Outra contribuição de Sasaki (1999) é um modelo de Plano Educacional Individual (PEI), que no caso de Bernardo pode ser construído junto ao NAC. Para tal, faz-se necessário estar atento a aspectos de dentro e de fora da Universidade, fazendo um levantamento de suas principais habilidades, dificuldades, possíveis metas e recursos utilizados para atingi-las. No caso de Bernardo, as habilidades acadêmicas, que englobam leitura, escrita, entre outros, estão em um nível adequado de desenvolvimento. Ele apresenta maior dificuldade em atividades motoras ou físicas, visto que perde paulatinamente os seus movimentos. Por conta disso, ao realizar algumas ações da vida cotidiana, tais como ir ao banheiro, escovar os dentes e ajustar-se na cadeira, precisa de acompanhamento, visto que não pode fazê-los com autonomia. Em termos de habilidades sociais, recreação e lazer, Bernardo mostra-se satisfeito, afirmando ter uma boa relação com a turma, jogar no computador durante as tardes e sair com seus amigos nos fins de semana.

Como outras contribuições possíveis, pode-se buscar novos recursos e ferramentas que possam auxiliar no processo de inclusão do aluno. É importante ressaltar que alunos com deficiência física podem fazer uso dos mais diferentes objetos, como foi dito anteriormente, a exemplo da cadeira motorizada (MEC, 2010). Atualmente, Bernardo faz uso de cadeira de rodas motorizada e faz poucos movimentos com a mão. Dessa forma, pode-se investir em objetos como *mouse* adaptados, que o permitiriam mexer em telas, por exemplo, fazendo uso da coordenação motora grossa. É possível também que ele faça uso de ferramentas através da voz, a exemplo do aplicativo *Whatsapp*, que tem uma ferramenta de digitação através da fala.

Posteriormente, podem-se buscar outras ferramentas que não façam uso das mãos, tal como o *mouthstick*, que seria uma espécie de palito para a boca que o permite clicar em telas. Caso haja dificuldade em fazer uso da voz, já existem ferramentas que reconhecem comandos através do olhar, como é o caso do *PC eye*. É possível também criar novos instrumentos ou adaptar instrumentos já existentes, traçando formas alternativas de comunicação.

No caso de Bernardo, faz-se necessário também estar atento à adequação postural, visto que ele não pode mudar de posição sozinho na cadeira, sendo uma tarefa costumeiramente realizada pelo pai. Dessa forma, é importante mantê-lo com uma postura adequada, visto que a má posição pode trazer como consequência uma má respiração e uma dificuldade de atenção (MEC, 2010).

Ressalta-se também a importância de construir redes. No caso de Bernardo, o adoecimento do pai gerou uma situação na qual ele não podia estar presente em sala de aula, e a proximidade da coordenadora. Alice foi crucial para que conseguissem certas coisas, como o carro para buscar o aluno em casa, por exemplo. Buscou-se também um contato com os professores, indicando-lhes sobre a importância de investigar meios alternativos de fazer com que Bernardo participasse das aulas e das avaliações. Ademais, Alice acessou o Núcleo de Acessibilidade (NAC), que até então era desconhecido por Bernardo, o que permitiu agregar o auxílio de dois bolsistas nas atividades de Bernardo em sala de aula.

Tendo em vista que ele experiencia uma doença degenerativa e assiste a perda de seus movimentos e autonomia, um possível benefício da psicologia seria a clínica individual, que permitiria um espaço de expressão e colocação de suas questões individuais. Apesar dele ter uma postura positiva frente à adversidade, a deficiência traz dificuldades e implicações para sua vida pessoal, o que pode ser melhor colocado e refletido dentro de um atendimento clínico.

Uma equipe de profissionais melhor estruturada dentro do Núcleo de Acessibilidade da universidade pode permitir também uma melhor investigação de pessoas com necessidades educacionais especiais dentro da universidade. Como o caso de Bernardo e de muitos outros estudantes, muitos não ingressaram na instituição através do sistema de cotas, e a falta de conhecimento e divulgação desse serviço tende a prejudicar o aluno que precisa.

Outra realidade de muitas universidades é a escassez de recursos financeiros, e, conseqüentemente, de recursos humanos. As bolsas oferecidas pelo NAC para o auxílio de estudantes com necessidades educacionais especiais são constantemente ameaçadas pela falta

desses recursos financeiros, prejudicando o processo de aprendizagem daqueles que necessitam. O acompanhamento realizado pelos bolsistas são de extrema importância, visto que agem diretamente na quebra de barreiras, possibilitando aos alunos uma forma mais eficiente de aprendizagem. A sugestão para resolver esse tipo de problema dentro das possibilidades alcançáveis, seria a conversão de bolsas financeiras em carga horária eletiva para o bolsista, através de um projeto de extensão com a finalidade de auxiliar os estudantes com necessidades educacionais especiais. Desse modo, toda a comunidade acadêmica seria beneficiada.

Conclusão

A principal queixa apresentada, tanto pelo docente quanto pelo discente, consiste na dificuldade em relação à acessibilidade arquitetônica. Apesar de existirem leis que garantam o acesso físico dentro de ambientes educacionais, a realidade é bem distinta disso. A infraestrutura da universidade é precária quando se trata de fácil acesso para pessoas com deficiência física e a mobilidade dentro do campus se torna um desafio diário e cansativo.

A partir do que foi exposto, é possível perceber a importância da discussão sobre deficiência e inclusão na Universidade, o que serve de aporte para experiências presentes e futuras, tanto para profissionais como alunos. Baseando-se no caso de Bernardo, fez-se um levantamento das principais dificuldades enfrentadas e também das possibilidades existentes, assim foram sugeridas algumas reflexões e contribuições possíveis da psicologia, através das quais é possível construir um ambiente educacional mais atento e preparado para as diversas demandas individuais e educacionais.

Referências

ANACHE, A. A; CAVALCANTE, L. D. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. 2018

BAIONI, Mariana e AMBIEL, Celia. Atrofia muscular espinhal: diagnóstico, tratamento e perspectivas futuras. **Jornal de Pediatria**, v. 86, n. 4, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 de jul. 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL apud SCHIRMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R.; **Atendimento Educacional Especializado**; Deficiência Física; Brasília - DF; 2007

BRASIL. Ministério da educação. (2010). **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. Coleção com dez fascículos. Recuperada em 05 de fevereiro de 2018 de <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17009-educacao-especial>.

GLAT, Rosana; DE LIMA NOGUEIRA, Mario Lucio. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Comunicações**, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Plano Educacional Individualizado - PEI**. 1999

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação); São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

PROGRAMA INCLUIR. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>, acesso em 30 de Maio de 2018.

VYGOTSKY, Lev S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 861-870, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012>. Acesso em: 18 jun. 2018.